

# Sarney quer influir e depois ir embora

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

"Sou maior de idade, vacinado, pago meus impostos em dia e estou na plenitude de meus direitos políticos. Além disso, sou presidente da República e até apresentei a emenda que convocou a Assembléia Nacional Constituinte."

Com esse desabafo, feito ontem de manhã ao repórter, o presidente José Sarney anunciou a disposição de não se manter alheio aos debates constituintes. Quando perguntado, ou mesmo sem o ser, mas julgando necessário, opinará e transmitirá suas opiniões às lideranças do governo e dos partidos que o apóiam. Obviamente que não engajará o governo nisso, muito menos atuará para fazer valer ou impor seus pontos de vista. Mas não deixará de se pronunciar. Esse simples exercício de cidadania nada tem a ver com pressões. Pretender que ele se mantenha calado e de braços cruzados, no Palácio do Planalto, será cassá-lo. Por que ele se transformaria no único cidadão, em todo o País, impedido de manifestar-se a respeito de uma das mais importantes decisões dos últimos anos? Assiste-se, com naturalidade, ao exercício do lobby na Constituinte, e seria uma incongruência pretender imobilizar o presidente da República, como político e como cidadão, só porque é presidente da República.

É claro, disse, ser inquestionável a soberania da Assembléia Nacional Constituinte para redigir e promulgar a nova Carta como bem entenderem suas bancadas.

Sarney dá um exemplo. Como senador, sempre sustentou a adoção do voto distrital, chegando a preparar projeto nesse sentido. Iria, agora, dizer que não tem opinião? Tem e não deixará de transmiti-la, sobre esse e quantos outros temas julgue necessário.

A idéia do governo é de, logo depois do Carnaval, ver organizado o bloco da maioria, na Assembléia Nacional Constituinte. Saber quem é quem e com quantos parlamentares poderá contar. Jamais para que atuem como marionetes, recebendo pratos-feitos, mas, no reverso da medalha, de forma a que sirvam de sustentação à Nova República, sem ceder ao canto de sereta de setores radicais interessados na desestabilização do processo em curso. Não haverá, da parte do Executivo, anteprojetos ou propostas escritas a respeito de qualquer tema em debate. Opiniões, porém, serão freqüentes, nos entendimentos entre o presidente e os líderes.

Um único ponto deixará, como vem deixando, de merecer qualquer comentário de Sarney, e, por conseguinte, de seus auxiliares e ministros. Se eles falarem, falarão por si, apenas. Trata-se da duração dos mandatos presidenciais. Faz quase dois anos que o chefe do governo é assediado pelas mesmas perguntas, em particular ou de público. Quem saber de suas pretensões, mas, sistematicamente, ele se esquivava. Chega a comentar que jamais tocou no assunto com ninguém. Seu mandato, e o de seus sucessores, será aquele que a Assembléia Nacional

Constituinte determinar. Não diz se gostaria de quatro, cinco ou seis anos. Cumprirá o período administrativo que lhe for determinado. Do que fala, no caso, é sobre o day-after. Passada a faixa presidencial ao sucessor, desliga-se da atividade política. Não pretende formar um partido, muito menos disputar mandatos. Irá dedicar-se à Literatura, em tempo integral. Está completamente fora de seus planos voltar ao Congresso.

Na Assembléia Nacional Constituinte, fora os grupos extremistas, a posição de Sarney é plenamente aceita. Não se poderia pretendê-lo alheio e desvinculado do processo de reconstrução das instituições democráticas. Como líder político, dispõe desse direito, e, como presidente da República, terá seus pontos de vista respaldados pela experiência. Imagina-se, na direção do PMDB, uma fórmula de canalizar e ordenar a participação do chefe do Executivo, coisa que ficará a cargo dos líderes. As reuniões do Conselho Político serão ampliadas e realizadas com mais freqüência. Pelo menos uma vez por semana, a partir de março, quando os representantes dos partidos que apóiam o governo terão a oportunidade de discutir com ele as propostas em debate no plenário e nas comissões.

Outros canais existirão, para Sarney. Como antigo parlamentar com trânsito pessoal nas diversas bancadas, seu relacionamento com a classe política é amplo. Não parece um estranho no ninho. Nada impede que manifeste sua opinião a outros interlocutores, mesmo fora do PMDB e do PFL. O senador Jarbas Passarinho, apesar de presidente do partido da Velha República, mantém com ele estreita relação de amizade. Volta e meia estão ao telefone, parecendo impossível que, num desses contatos, não surjam impressões sobre o que estiver sendo debatido na Assembléia Nacional Constituinte.

Há quem arrisque, entre deputados e senadores mais próximos de Sarney, palpites e previsões sobre seus pontos de vista. No passado ele chegou a defender o parlamentarismo clássico, mas, hoje, pela experiência de dois anos de governo, sustentaria o presidencialismo. Menos por questões de centralização administrativa do que por conta da necessidade que os partidos políticos têm de consolidar-se. Não concorda, por outro lado, com a diminuição das atribuições constitucionais das Forças Armadas. Elas não podem ser limitadas à defesa territorial, isto é, ficar voltadas para fora. São necessárias à garantia dos poderes constituídos e da ordem interna sempre que acionadas pelo poder civil. No plano da ordem econômica, sua opção é pelo regime da livre empresa, ocupando o Estado apenas os espaços imprescindíveis à preservação da soberania nacional.

Será interessante observar o processo de definições presidenciais, e, depois, cotejá-las com o texto final promulgado pelos constituintes. O resultado mostrará alguma coisa de muito densa.